

O reino de deus imanente e a apropriação política do apocalipse

The God's Kingdom Immanent and Policy Appropriation of the Revelation.

Luís Fernando Fonseca

Resumo

Dentro de uma perspectiva histórica, ideias religiosas podem ser aplicadas a um contexto de inconformismo contra um sistema político opressor. Neste parâmetro, as concepções de um Reino de Deus imanente e a apropriação histórica e política do Apocalipse, considerando a crítica ao Estado, podem ser consideradas atuais. Os assuntos serão abordados segundo a perspectiva apresentada nos estudos de Gottfried Brakemeier e Paul Tillich, e serão exploradas as possíveis interconexões entre os temas. O objetivo é a interconexão entre política e religião, dentro de uma perspectiva histórica.

Palavras-chave: Apocalipse. Política. Reino de Deus.

Abstract

In a historical perspective, religious ideas can be applied to the nonconformity context against an oppressive political system. According to this precept, the conceptions of a God's Kingdom immanent and the historical and policy appropriation of the Revelation, considering the criticism of the state, can be considered current. These issues will be addressed according to the perspective presented in the Gottfried Brakemeier and Paul Tillich studies, and the possible interconnections among the themes will be explored. The objective is the interconnection between politics and religion, under a historical perspective view .

Keywords: God's Kingdom. Policy. Revelation.

Considerações Iniciais

A teologia, enquanto ciência humana, possui diferentes visões e formulações sobre diferentes assuntos. Assim sendo, a questão da imanência do reino de Deus parece

pertinente, na medida em que o reino de Deus nem sempre é visto apenas e unicamente como um espaço transcendental alcançado após a morte desprovido de materialidade. A questão da imanência do reino de Deus parece pertinente, na medida em que o reino de Deus nem sempre é visto apenas e unicamente como um espaço transcendental alcançado após a morte, desprovido de materialidade. O reino de Deus, segundo algumas apropriações teológicas, inclui um conceito imanente, de paz, justiça social e igualdade, onde a fome, a opressão e os males do mundo serão abolidos, não num céu longínquo, mas no aquém. Essa visão imanentista do reino de Deus nem sempre exclui a transcendência e o caráter do Sagrado, mas traz a respeito desse conceito um paradigma social, de caráter utópico, mas realizável no mundo. Com o reino de Deus não vem apenas a ressurreição dos mortos, mas a justiça, a satisfação dos famintos, enfim, a salvação do mundo. A questão da apropriação histórica do Apocalipse parece vir ao encontro da concepção imanente do reino de Deus, na medida em que ambas apontam para uma perspectiva de inconformismo social. A esperança apocalíptica e sua crítica ao Estado, advinda em épocas de crise, aponta para a utopia do reino de Deus imanente, sendo ambas as perspectivas social e politicamente atuais no mundo de hoje.

Reino de Deus Imanente

Sobre o que vem a ser “reino de Deus”, Gottfried Brakemeier afirma:

E todavia, a esperança pelo reino de Deus continuou viva através dos séculos. Ela não pode ser abandonada. Encontra-se por demais enraizada no todo do Evangelho, perfazendo o específico do anúncio de Jesus (Mc 1.15; 4.26; etc.) e expressando algo muito próximo da pregação da Igreja: Escatologia cristã não se resume numa esperança individual e pós-mortal, nem tampouco tem como objetivo primeiro a beatitude pessoal numa nova forma de existência. Por mais importante que seja, a esperança pela ressurreição dos mortos se encontra inserida numa expectativa bem mais abrangente, a saber, que Deus irá assumir o pleno governo do mundo [...]. Ressurreição dos mortos, libertação de todos os males (Mt 6.13), a conversão da tristeza em alegria, a satisfação dos que tem fome sede de justiça (Lc 6.21) – tudo isto está implícito na vinda do reino de Deus. Com ele, pois, vem a salvação do mundo.¹

Vemos, portanto, que a concepção de reino de Deus vai além da conceituação apenas transcendente. Sendo a escatologia cristã não resumida numa esperança individual e

¹ BRAKEMEIER, Gottfried. *Reino de Deus e Esperança Apocalíptica*. São Leopoldo: Sinodal, 1984. p. 7.

pós-mortal, a escatologia cristã adquire um caráter de coletividade, um caráter com aspectos de bem estar coletivo e social. Brakemeier comenta sobre uma das visões teológicas do que vem a ser reino de Deus, sendo que essa determinada visão, sobre a qual Brakemeier discorre, atinge três níveis: 1) No período pré-monárquico de Israel, o reino de Deus era sinônimo de um projeto político. Através do pacto com Javé, Israel foi constituído no “reino de Deus”, em oposição a reis e opressores humanos, dispensando a organização do Estado. O reino de Deus representaria nessa fase da história um modelo social e político. 2) No período monárquico de Israel, reino de Deus passa a ser uma ideologia, com a função de manter a função do reinado. 3) No período pós-monárquico, o reino de Deus adquire um significado de esperança escatológica. Isso teria início com os profetas e teria tido uma continuidade no apocalipsismo judaico e no próprio Jesus e no Novo Testamento².

Brakemeier questiona determinados pontos desta visão teológica e aponte algumas de suas fragilidades, ao considerá-la redutora, por essa visão teológica considerar o reino de Deus um mero projeto político³, porém não podemos ignorar sua existência, no sentido de existirem visões imanentes sobre o reino de Deus. Embora Brakemeier não tenha uma visão reducionista sobre o reino de Deus apenas na esfera política, ele próprio não nega as questões sociais imanentes implícitas nesse paradigma. Segundo ele:

Em nossa realidade, o cristão não pode senão insistir em melhor distribuição de renda e propriedade, em maior autonomia nacional e no respeito aos direitos próprios do cidadão e da criatura de Deus. O empenho por uma ordem social mais justa é uma das exigências do reino de Deus, na América Latina em especial e no mundo em geral.⁴

Paul Tillich discorre sobre as conotações políticas do reino de Deus, e vincula suas origens a Israel. Vemos, portanto, que a concepção imanente do reino de Deus não é uma mera apropriação de teólogos da contemporaneidade, mas possui raízes antigas. De acordo com Paul Tillich, a primeira conotação do reino de Deus é política, segundo ele:

² BRAKEMEIER, 1984, p. 10-11.

³ BRAKEMEIER, 1984, p. 11.

⁴ BRAKEMEIER, 1984, p. 59.

A primeira conotação do Reino de Deus é política. Isto coincide com o predomínio da esfera política na dinâmica da história. No desenvolvimento do símbolo no Antigo Testamento, Reino de Deus significa menos um âmbito em que Deus governa do que o próprio poder de governo que pertence a Deus e que ele assumirá após a vitória sobre seus inimigos. Mas, embora o reino como âmbito não esteja em primeiro plano, ele não está totalmente ausente; é idêntico ao Monte Sião, a Israel, às nações ou ao universo. No judaísmo tardio e no Novo Testamento, o âmbito do governo divino se torna mais importante: é um céu e uma terra transformados, uma nova realidade num novo período da história.⁵

Vimos, portanto, em Paul Tillich, que o antigo Israel possuía concepções sobre o reino de Deus, de forma visível no Antigo Testamento, e também que esta concepção se refere menos a um âmbito em que Deus governa e mais a um governo que pertence a Deus.

Paul Tillich também afirma:

A segunda característica do Reino de Deus é social. Esta característica inclui as ideias de paz e justiça – não em contraste com a qualidade política e, portanto, não em contraste com o poder. Desta forma, o Reino de Deus a expectativa utópica de paz e justiça. [...] Mas, mesmo assim, o elemento social do símbolo nos lembra permanentemente que não há santidade daquilo que deveria ser, o imperativo moral incondicional da justiça.⁶

Paul Tillich não aceita uma interpretação do reino de Deus que não seja ao mesmo tempo imanente e transcendente⁷. Também defende que a literatura profética enfatiza o caráter intra-histórico do reino de Deus, reafirmando seu sentido político-histórico. Mas também aponta para elementos transcendentais em meio a uma interpretação predominantemente imanente-política na ideia de reino de Deus, apontando seu duplo caráter⁸.

A concepção do reino de Deus nasce então na Antiguidade, em Israel. Mas o Novo Testamento continua esta concepção sem negar seus aspectos imanentes. De acordo com Tillich:

⁵ TILlich, 2005, p. 791.

⁶ TILlich, 2005, p. 791.

⁷ TILlich, 2005, p. 792.

⁸ TILlich, 2005, p. 792.

O Novo Testamento acrescenta um elemento novo a estas visões: o aparecimento intra-histórico de Jesus como o Cristo e a fundação da igreja no meio das ambiguidades da história. Tudo isto mostra que a ênfase na transcendência no símbolo “Reino de Deus” não exclui traços intra-históricos de importância decisiva – assim como o elemento imanente não exclui o simbolismo transcendente.⁹

Apocalipsismo e Imanência

Gottfried Brakemeier atribui um potencial revolucionário ao Apocalipse¹⁰, o que por si só apresenta um caráter de compreensão social e política, portanto, imanente. Como no caso do símbolo reino de Deus, o Apocalipse parece não ter apenas um caráter transcendente. Brakemeier afirma que o livro alimenta esperança, e desperta e incentiva a ação transformadora¹¹. Para compreendermos um pouco tais afirmações, devemos nos reportar um pouco à simbologia apocalíptica aplicada não apenas a suas profecias, mas, sobretudo ao contexto no qual a obra foi escrita. O Apocalipse foi escrito num âmbito de perseguições e de terror para os cristãos, onde a Igreja estava sendo duramente atacada pelo poder temporal de Roma. Isso explica, pelo menos em parte, o caráter de esperança na qual se reveste a obra. De acordo com Gottfried Brakemeier:

Tanto mais, porém, a fúria do dragão se abate sobre a terra. Uma besta emerge do mar, recebendo do dragão o seu poder, besta que blasfema Deus, exigindo adoração e oprimindo os santos. Representa esta fera o poder do Império Romano que exige culto a César como se ele fosse o próprio Deus. Entram por isto em violenta coalisão a comunidade cristã e o estado romano, produto de Satanás em pessoa (13.1-10).¹²

Vemos, portanto, um conflito entre a comunidade cristã e um Estado totalitário, que exigia culto ao seu líder, acreditando não haver limites para seu poder coercitivo. Vemos resistência a esse poder coercitivo, onde o poder do Estado esbarra nas consciências daqueles que nele vivem. Vê também no Apocalipse uma mensagem de conforto e

⁹ TILLICH, 2005, p. 793.

¹⁰ BRAKEMEIER, 1984, p. 72.

¹¹ BRAKEMEIER, 1984, p. 70-71.

¹² BRAKEMEIER, 1984, p. 75.

esperança para um povo em crise, e uma mística de resistência contra forças opressoras. Vê ainda, uma dimensão revolucionária e contestatória no apocalipsismo¹³. Afirma ele:

Eis porque a situação histórica das comunidades no primeiro século como também a do povo oprimido hoje, na América Latina, é de fundamental importância para a compreensão do livro do Apocalipse. Ele deve ser lido historicamente [...].¹⁴

A partir das elucidações de Brakemeier podemos fazer um questionamento. Se o livro do Apocalipse deve ser lido historicamente, como Gottfried Brakemeier afirma logo acima, e se a situação histórica vivida no tempo de seu surgimento pode ser aplicada à América Latina de hoje, não seria possível que os aspectos levantados aqui sobre o Apocalipse, como uma interpretação histórica, sua conexão com a concepção do reino de Deus, e principalmente, seu manifesto anti-totalitário, se posicionando contra um Estado e um imperador -, também se apliquem à oposição da Igreja a Estados opressores ainda hoje? Além do conflito explícito entre os cristãos e o Estado romano, sendo o imperador representado pela besta, existe o caráter social do livro, sendo que Brakemeier afirma que o apocalipsismo é a teologia dos perseguidos e dos oprimidos¹⁵.

Sendo assim, o apocalipsismo explicita o caráter anti-totalitário dos cristãos primitivos, antes da Igreja se aliar ao Estado e se tornar poder. Brakemeier afirma que a situação de cruz da comunidade cristã no Apocalipse é resultado da sua resistência à presunção do Estado romano. Os cristãos negam a apoteose de César e a adoração do Estado. Sua atitude é crítica. Não se sujeitam a uma ideologia totalitária e seu crime é religioso e político¹⁶. Logo, além de uma questão religiosa, vemos uma questão política. Segundo ele:

O Apocalipse de João é importante, não por último, porque articula paradigmaticamente o conflito da Igreja com um Estado opressor, evidenciado aprender que fé pode ter o aspecto da resistência e da negação

¹³ BRAKEMEIER, 1984, p. 88.

¹⁴ BRAKEMEIER, 1984, p. 88.

¹⁵ BRAKEMEIER, 1984, p. 94.

¹⁶ BRAKEMEIER, 1984, p. 100.

do culto a quem não compete. Não admite dúvidas, pois, que o Apocalipse seja um livro fortemente político.¹⁷

Não podemos, portanto, de forma alguma, questionar Brakemeier ao apontar o Apocalipse como paradigmático nas relações conflituosas entre Estado e Igreja. Tampouco podemos, de maneira nenhuma, questionar Brakemeier por qualificar o Apocalipse como um livro de conteúdo fortemente político. A questão do reino de Deus imanente e o apocalipsismo se articulam, portanto, como formas de esperança e resistência política e social.

Considerações Finais

Tanto o reino de Deus imanente quanto à apropriação histórica do Apocalipse de João possuem fortes componentes políticos e sociais. Ambas as questões apontam de maneira clara para paradigmas de igualdade e justiça social. Ambas as concepções se combinam e se completam. Tendo o conceito de reino de Deus sido desenvolvido no Israel pré-monárquico, numa sociedade que dispensava a organização de um Estado, e sendo a visão escatológica e apocalíptica uma espécie de continuidade desta concepção, torna-se difícil compreender o apocalipsismo sem estar acompanhado da visão imanente do reino de Deus. Mesmo numa cultura secularizada como a nossa, tais paradigmas permanecem atuais nos seus parâmetros de busca de melhores condições de vida, inconformidade política e social e oposição a sistemas autoritários de governo. Tais ideais se encontram ainda presentes, de maneira secularizada, nos dias de hoje, em movimentos de fundamentação igualitária e reivindicatória, mas, retrocedendo há séculos os encontramos em sua origem religiosa judaica e cristã, no reino de Deus imanente e na esperança apocalíptica.

Referências

BRAKEMEIER, Gottfried. *Reino de Deus e Esperança Apocalíptica*. São Leopoldo: Sinodal, 1984.

SCHWARZ, Hans. Escatologia. In: BRAATEN, Carl E; JENSON, Robert W. *Dogmática Cristã*. São Leopoldo: Sinodal, 1987. v. 2.

¹⁷ BRAKEMEIER, 1984, p. 100-101.

TILLICH, Paul. *Teologia Sistemática*. São Leopoldo: Sinodal, 2005.